

Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Semestre Findo em 30 de Junho de 2019 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das informações financeiras intermediárias.

São Paulo, 12 de agosto de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

2019-SPO-1870 VF PA.DOCX

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

FÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018			30/06/2019	31/12/2018		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	27	46	2.082	2.052	Fornecedores	12	33	35	1.079	1.114
Títulos e valores mobiliários	5	3	10	5.874	6.350	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	12.397	12.179
Contas a receber	6	-	-	3.006	3.104	Debêntures	13	586	547	586	547
Impostos e contribuições a recuperar		11	11	252	185	Arrendamentos		-	-	164	-
Dividendos a receber		5.760	-	-	-	Dividendos a pagar		-	1.468	-	1.468
Outros ativos		1	11	1.350	1.036	Obrigações trabalhistas		-	-	23	10
Total dos ativos circulantes		<u>5.802</u>	<u>78</u>	<u>12.564</u>	<u>12.727</u>	Obrigações tributárias		2	3	890	1.163
						Outros passivos	15	-	-	447	728
NÃO CIRCULANTES						Total dos passivos circulantes		<u>621</u>	<u>2.053</u>	<u>15.586</u>	<u>17.209</u>
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	-	8.560	8.352	NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	6	-	-	1.033	485	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	162.343	165.025
Ações preferenciais resgatáveis	8	40.943	42.888	-	-	Debêntures	13	43.233	42.442	43.233	42.442
Investimentos	9	82.745	89.462	-	-	Arrendamentos		-	-	1.427	-
Imobilizado	10	-	-	287.958	291.396	Outros passivos	15	-	-	2.034	495
Intangível	11	-	-	144	144	Total dos passivos não circulantes		<u>43.233</u>	<u>42.442</u>	<u>209.037</u>	<u>207.962</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>123.688</u>	<u>132.350</u>	<u>297.695</u>	<u>300.377</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	17	80.431	80.431	80.431	80.431
						Reserva legal		1.054	1.054	1.054	1.054
						Lucros acumulados		<u>4.151</u>	<u>6.448</u>	<u>4.151</u>	<u>6.448</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>85.636</u>	<u>87.933</u>	<u>85.636</u>	<u>87.933</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>129.490</u></u>	<u><u>132.428</u></u>	<u><u>310.259</u></u>	<u><u>313.104</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>129.490</u></u>	<u><u>132.428</u></u>	<u><u>310.259</u></u>	<u><u>313.104</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		Seis meses		Três meses		Seis meses		Três meses	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
RECEITA LÍQUIDA	18	-	-	-	-	17.224	15.957	9.025	7.801
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	19	-	-	-	-	(8.463)	(10.198)	(4.139)	(5.092)
LUCRO BRUTO		-	-	-	-	8.761	5.759	4.886	2.709
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS									
Despesas gerais e administrativas	20	(10)	(55)	33	(35)	(163)	(282)	(101)	(158)
Equivalência patrimonial	10	512	(5.866)	840	(1.785)	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>502</u>	<u>(5.921)</u>	<u>873</u>	<u>(1.820)</u>	<u>8.598</u>	<u>5.477</u>	<u>4.785</u>	<u>2.551</u>
RESULTADO FINANCEIRO									
Receitas financeiras	21	2	29	-	10	413	477	211	260
Despesas financeiras	21	(2.801)	(2.839)	(1.432)	(1.517)	(10.634)	(14.049)	(5.218)	(5.811)
		<u>(2.799)</u>	<u>(2.810)</u>	<u>(1.432)</u>	<u>(1.507)</u>	<u>(10.221)</u>	<u>(13.572)</u>	<u>(5.007)</u>	<u>(5.551)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(2.297)</u>	<u>(8.731)</u>	<u>(559)</u>	<u>(3.327)</u>	<u>(1.623)</u>	<u>(8.095)</u>	<u>(222)</u>	<u>(3.000)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	22	-	-	-	-	(674)	(636)	(337)	(327)
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(2.297)</u>	<u>(8.731)</u>	<u>(559)</u>	<u>(3.327)</u>	<u>(2.297)</u>	<u>(8.731)</u>	<u>(559)</u>	<u>(3.327)</u>
NÚMERO DE AÇÕES INTEGRALIZADAS (Em milhares)		80.704	80.704	80.704	62.304				
PREJUÍZO POR AÇÃO (Em reais - R\$)		(0,02846)	(0,10819)	(0,00693)	(0,05340)				

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	Seis meses		Três meses		Seis meses		Três meses	
	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	(2.297)	(8.731)	(559)	(3.327)	(2.297)	(8.731)	(559)	(3.327)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(2.297)</u>	<u>(8.731)</u>	<u>(559)</u>	<u>(3.327)</u>	<u>(2.297)</u>	<u>(8.731)</u>	<u>(559)</u>	<u>(3.327)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		80.431	1.054	15.013	-	96.498
Prejuízo do período		-	-	-	(8.731)	(8.731)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		<u>80.431</u>	<u>1.054</u>	<u>15.013</u>	<u>(8.731)</u>	<u>87.767</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		80.431	1.054	6.448	-	87.933
Prejuízo do período		-	-	-	(2.297)	(2.297)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		<u>80.431</u>	<u>1.054</u>	<u>6.448</u>	<u>(2.297)</u>	<u>85.636</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

FÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO DE 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do período		(2.297)	(8.731)	(2.297)	(8.731)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações	10	-	-	6.666	6.555
Arrendamentos - ajuste a valor presente		-	-	(3)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	2.754	2.853	10.443	10.297
Apropriação de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	21	-	21	-
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	21	(2)	(21)	(413)	(412)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(512)	5.866	-	-
Varição de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(450)	12.016
Impostos a recuperar		-	(4)	(67)	(65)
Outros ativos		10	123	(314)	(448)
Fornecedores		(2)	(205)	(35)	(2.034)
Obrigações trabalhistas		-	-	13	30
Obrigações tributárias		(1)	(39)	519	(159)
Outros passivos		-	-	628	618
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	13 e 14	(1.687)	(1.711)	(8.846)	(5.370)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(787)	(1.144)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(1.716)</u>	<u>(1.869)</u>	<u>5.078</u>	<u>11.153</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários		10	2.205	681	(13.824)
Dividendos recebidos		1.468	2.811	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11	-	-	(925)	(2.717)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis em controladas		1.945	-	-	-
Partes relacionadas		-	13.672	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>3.423</u>	<u>18.688</u>	<u>(244)</u>	<u>(16.541)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos pagos		(1.468)	-	(1.468)	-
Arrendamentos		-	-	(85)	-
Captação de empréstimos	13 e 14	-	-	-	20.450
Empréstimos financiamentos e debêntures pagos	13 e 14	(258)	-	(3.251)	(1.385)
Partes relacionadas		-	(16.621)	-	(20.706)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(1.726)</u>	<u>(16.621)</u>	<u>(4.804)</u>	<u>(1.641)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(19)</u>	<u>198</u>	<u>30</u>	<u>(7.029)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo no início do período		46	84	2.052	9.000
Saldo no fim do período		27	282	2.082	1.971
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(19)</u>	<u>198</u>	<u>30</u>	<u>(7.029)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 4º andar, sala 4, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

A Companhia foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de outubro de 2015.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Eólica Serra das Vacas V S.A.	26.000	11.600	100%	100%
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	<u>26.000</u>	<u>11.000</u>	100%	100%
Total	<u>52.000</u>	<u>22.600</u>		

As empresas controladas têm sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paranatama, Estado de Pernambuco. A construção foi finalizada em agosto de 2017 e operaram em fase de testes entre setembro e novembro de 2017. Em 1º dezembro de 2017, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 126, de 16 de abril de 2015, e nº 127, de 16 de abril de 2015, foram autorizadas à estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

As controladas, participaram do 6º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em 31 de outubro 2014, conforme o Edital de Leilão nº 08/2014-ANEEL. Em 21 de julho de 2015, as controladas assinaram Contratos de Energia de Reserva - CER, na modalidade disponibilidade de energia elétrica. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de outubro de 2017.

As controladas ofertaram, a partir de 1º de outubro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica aos contratos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e preparadas de forma condizente com as normas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

a) Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das informações financeiras intermediárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível; e (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em moeda nacional (real – R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as informações financeiras intermediárias de controladas são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as informações financeiras intermediárias consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do período e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo, e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

3.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Os títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas recebem a classificação de "custo amortizado" e estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados no resultado e apresentados na rubrica "Receitas financeiras".

3.4. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar

uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para o período findo em 30 de junho de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foi constituído provisão para riscos de crédito.

3.5. Instrumentos financeiros – passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de Energia de Reserva são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada período, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal

indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os controles mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas

financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do período corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.14. Informações por segmento

A Companhia e suas controladas atuam somente no segmento de geração de energia elétrica fonte renovável eólica.

3.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

CPC 06 R2 (IFRS 16) – “Operações de Arrendamento Mercantil”

A norma entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

A companhia e suas controladas avaliaram os impactos em suas informações financeiras intermediárias, decorrentes da adoção inicial da norma. Essa avaliação foi segregada da seguinte forma: (i) levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transição; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e (iv) impactos da adoção inicial.

A Administração realizou um inventário dos contratos e, fazendo uma análise dos tipos de contratos que se enquadram no escopo do arrendamento, identificou as seguintes classificações: (a) isenções: (i) prazo de vigência menor que doze meses; (ii) contratos de baixo valor; (iii) contratos que não possuem prazo determinado; e

(iv) contratos que a Companhia não possui controle do ativo, e (b) contratos que a Companhia possui controle do ativo e existe contraprestação.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada que não exigiu a reapresentação dos valores, não impactou o patrimônio líquido e o cálculo de dividendos ou da distribuição de juros sobre capital próprio e possibilitou a utilização de expedientes práticos.

As controladas da companhia possuem contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma, a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto, corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 30 de junho de 2019 os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de "Arrendamentos" do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	<u>Consolidado</u>
Mais de 5 anos	
Total dos pagamentos mínimos	(5.791)
Encargos financeiros futuros	<u>4.200</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>(1.591)</u>
Circulante	(164)
Não circulante	(1.427)

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente.

Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.673
Amortização	<u>(27)</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>1.646</u>

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	-	-	1	1
Depósitos bancários	<u>27</u>	<u>46</u>	<u>2.081</u>	<u>2.051</u>
Total	<u>27</u>	<u>46</u>	<u>2.082</u>	<u>2.052</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	<u>3</u>	<u>10</u>	<u>5.874</u>	<u>6.350</u>

(*) Refere-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o período findo em 30 de junho de 2019, os rendimentos médios foram de 97,60 % (97,63% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2018).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Fornecimento de energia elétrica (a)	-	98
Fornecimento contratual de energia - CER (b)	3.006	3.006
Conta de ajuste contratual de energia - CER (c)	1.033	485
	<u>4.039</u>	<u>3.589</u>
Circulante	3.006	3.104
Não Circulante	1.033	485
	<u>4.039</u>	<u>3.589</u>

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica liquidada no Ambiente de Contratação Livre – ACL e de fornecimento de energia elétrica liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP.

(b) Saldo referente a contratos de energia de reserva.

(c) Saldo referente ao superávit de geração contratual anual e acumulado (quadriênio) do contrato de Comercialização de Energia de Reserva – CER, apurado na Controlada Eólica Serra das Vacas VII apurou superávit de geração.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Fundo Bradesco H Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo (*)	<u>8.560</u>	<u>8.352</u>

(*) Refere-se a aplicações no Bradesco H FI RF Referenciado DI longo prazo cuja carteira é composta de aproximadamente 68% de suas operações atreladas a títulos públicos federais e 32% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Para o período findo em 30 de junho de 2019, os rendimentos médios foram de 89,95% (88,36% para o exercício findo em 31 de dezembro 2018).

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na nota explicativa nº 14.

8. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	40.943	42.888

Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 30 de novembro de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$48.000.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2030 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 15.763.124. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Eólica Serra das Vacas V S.A. - R\$	2,9224	0,0269	2,8955
Eólica Serra das Vacas VII S.A. - R\$	3,1784	0,0336	3,1448

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$475, e parte como reserva de capital no montante de R\$47.525. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 31 de março de 2019, no montante de R\$42.888, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas V S.A.	8.212.303	24.000	221	23.779
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	7.550.821	24.000	254	23.746
	<u>15.763.124</u>	<u>48.000</u>	<u>475</u>	<u>47.525</u>

	Movimentação 2018				Saldo 31/12/2018
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital			
		31/12/2017	Valor resgatado	Total reserva	
Eólica Serra das Vacas V S.A.	221	23.779	(2.556)	21.223	21.444
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	254	23.746	(2.556)	21.190	21.444
	<u>475</u>	<u>47.525</u>	<u>(5.112)</u>	<u>42.413</u>	<u>42.888</u>

	Movimentação 2019				Saldo 30/06/2019
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital		Total reserva	
		31/12/2018	Valor resgatado		
Eólica Serra das Vacas V S.A.	221	21.223	(973)	20.250	20.471
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	254	21.190	(972)	20.218	20.472
	<u>475</u>	<u>42.413</u>	<u>(1.945)</u>	<u>40.468</u>	<u>40.943</u>

9. INVESTIMENTOS

A composição do saldo de investimentos em 30 de junho de 2019:

	Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018
Avaliação patrimonial	<u>82.774</u>	<u>89.462</u>

a) Movimentação do saldo dos investimentos:

	30/06/2019			
	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 30/06/2019
<u>Controlada</u>				
Eólica Serra das Vacas V S.A.	40.288	(134)	(2.163)	37.991
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	49.174	646	(5.066)	44.754
Total	<u>89.462</u>	<u>512</u>	<u>(7.229)</u>	<u>82.745</u>

	31/12/2018			
	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2018
<u>Controlada</u>				
Eólica Serra das Vacas V S.A.	43.779	(592)	(2.899)	40.288
Total	<u>52.973</u>	<u>(27)</u>	<u>(3.772)</u>	<u>49.174</u>
	<u>96.752</u>	<u>(619)</u>	<u>(6.671)</u>	<u>89.462</u>

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

	30/06/2019			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do Período
<u>Empreendimentos</u>				
Eólica Serra das Vacas V S.A.	154.487	(116.496)	(37.991)	(134)
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	155.732	(110.978)	(44.754)	646
	<u>310.219</u>	<u>(227.474)</u>	<u>(82.745)</u>	<u>512</u>

	31/12/2018			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do Exercício
<u>Empreendimentos</u>				
Eólica Serra das Vacas V S.A.	154.925	(114.637)	(40.288)	(592)
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	157.101	(108.927)	(48.174)	(27)
	<u>312.026</u>	<u>(223.564)</u>	<u>(88.462)</u>	<u>(619)</u>

10. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	Consolidado	
	Material depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.661	1.661
Aquisições	466	466
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.127	2.127
Aquisições	925	925
Transferências	(2.049)	(2.049)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.003	1.003

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado						Total
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Direito de Uso	Provisão para Desmobilização (*)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	668	27.467	271.452	7	-	-	299.594
Aquisições	-	2.717	86	-	-	-	2.803
Depreciações	-	(997)	(12.131)	-	-	-	(13.128)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	668	29.187	259.407	7	-	-	289.269
Arrendamento	-	-	-	-	1.673	-	1.673
Transferências	-	-	2.049	-	-	-	2.049
Provisão para desmobilização (*)	-	-	-	-	-	630	630
Depreciações	-	(530)	(6.079)	(1)	(27)	(29)	(6.666)
Saldo em 30 de junho de 2019	668	28.657	255.377	6	1.646	601	286.955
Segregado em:							
Custo	668	30.266	274.682	7	1.673	630	307.926
Depreciação acumulada	-	(1.609)	(19.305)	(1)	(27)	(29)	(20.971)
Total	668	28.657	255.377	6	1.646	601	286.955
Vida útil média - em anos	-	31,04	15,29	16,0			
Taxa média de depreciação - em %	-	3,22	6,54	6,25			
Total geral - líquido em 30 de junho de 2019							287.958
Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2018							291.396

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente. A provisão foi reconhecida no ativo imobilizado em contrapartida de outros passivos no passivo não circulante.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

11. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	<u>Servidões</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	132	-	132
Aquisição	-	12	12
Saldos em 31 de dezembro de 2018	132	12	144
Aquisição	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>132</u>	<u>12</u>	<u>144</u>
Segregado em:			
Custo	<u>132</u>	<u>12</u>	<u>144</u>
Vida útil média - em anos		5	-
Taxa média de depreciação - em %		20	-

12. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores de materiais e serviços	<u>33</u>	<u>35</u>	<u>1.079</u>	<u>1.114</u>

13. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 27 de outubro de 2017, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única. Para esta série foram emitidas 48.000 (quarenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da emissão de R\$48.000 (quarenta e oito milhões de reais).

As debentures serão amortizadas em 28 (vinte e oito) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2018 e juros de 7,31 % ao ano + IPCA. O montante foi liberado à Companhia em dezembro de 2017.

Os recursos líquidos captados em 11 de dezembro de 2017 foram destinados a investimentos nas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

Na escritura das debentures há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos) e geração de caixa. Essas cláusulas restritivas aplicam-se ao período de 12 meses de cada exercício fiscal durante a vigência do contrato. No contrato de financiamento também existem cláusulas de repactuação.

O "covenants" de índices econômico-financeiros determinado no contrato, prevê que Companhia deve manter, a seguinte relação:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior que 1,20.

Em que:

ICSD = Caixa gerado pelas operações deduzido da provisão para o imposto de renda e contribuição social, excluindo-se a despesa de imposto de renda e contribuição social decorrente das receitas financeiras, dividido pelo serviço da dívida consolidado do complexo eólico, resultando em índice maior que 1,20.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava adimplente em relação às cláusulas restritivas.

	Controladora e consolidado	
	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Principal e juros incorridos	47.614	46.805
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(3.795)</u>	<u>(3.816)</u>
Total	<u>43.819</u>	<u>42.989</u>
Segregado entre:		
Circulante	586	547
Não circulante	<u>43.233</u>	<u>42.442</u>
Total	<u>43.819</u>	<u>42.989</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2020	261
2021	783
2022	1.662
2023	2.109
2024	2.314
2025 - 2029	23.117
2030 - 2031	<u>12.987</u>
	<u>43.233</u>

A movimentação do período é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	44.117
Juros incorridos	5.401
Amortização de juros	(3.520)
Amortização de principal	(3.303)
Apropriação custos a amortizar	<u>294</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	42.989
Juros incorridos	<u>2.754</u>
Amortização de juros	(1.687)
Amortização de principal	(258)
Apropriação de custos a amortizar	<u>21</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>43.819</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas têm como data final de amortização 15 de março de 2034.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Principal e juros incorridos	<u>174.740</u>	<u>177.204</u>
Segregado entre:		
Circulante	12.397	12.179
Não circulante	<u>162.343</u>	<u>165.025</u>
Total	<u>174.740</u>	<u>177.204</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2020	5.904
2021	11.806
2022	11.806
2023	11.806
2024	11.806
2025 – 2029	59.034
2030 – 2034	50.181
	<u>162.343</u>

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de abril de 2018 a 15 de março de 2034. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP + 2,46% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Companhia, ações das empresas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas têm como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de informações financeiras intermediárias auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos) e geração de caixa. Essas cláusulas restritivas aplicam-se ao período de 12 meses de cada exercício fiscal durante a vigência do contrato. No contrato de financiamento também existem cláusulas de repactuação.

O "covenants" de índices econômico-financeiros determinado no contrato, prevê que Companhia deve manter, a seguinte relação:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior que 1,20.

Em que:

ICSD = Caixa gerado pelas operações deduzido da provisão para o imposto de renda e contribuição social, excluindo-se a despesa de imposto de renda e contribuição social decorrente das receitas financeiras, dividido pelo serviço da dívida consolidado do complexo eólico, resultando em índice maior que 1,20.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava adimplente em relação às cláusulas restritivas.

A movimentação do período é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	156.569
Liberações do financiamento	20.447
Juros incorridos	15.344
Amortização de juros	(10.909)
Amortização de principal	(4.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>177.204</u>
Juros incorridos	7.688
Amortização de juros	(7.159)
Amortização de principal	(2.993)
Saldo em 30 de junho de 2019	<u><u>174.740</u></u>

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

15. OUTROS PASSIVOS

(a) O atraso da entrada em operação comercial das controladas da Companhia em 2017, gerou um déficit de cumprimento da obrigação contratual com o Contratos de Energia de Reserva - CER, contudo em setembro de 2018 a companhia encerra o primeiro ano contratual, sendo a controlada Eólica Serra das Vacas V apura obrigação de ressarcimento anual por déficits de geração, em dezembro de 2018, cumpre sua obrigação de ressarcimento com o saldo retido pelo CONER e a controlada Eólica Serra das Vacas VII apura superávit de geração, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

A movimentação do período é conforme segue:

Controlada Eólica Serra das Vacas V S.A.

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.223
Aumento decorrente a geração do período	628
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>1.851</u>

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante	447	728
Não circulante	<u>1.404</u>	<u>495</u>
Total	<u><u>1.851</u></u>	<u><u>1.223</u></u>

(b) Provisão para desmobilização – Em 2019 houve o levantamento e o registro no montante ajustado a valor presente, para cobertura dos custos futuros de desmobilização dos ativos das investidas após o final da autorização

Não Circulante	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para desmobilização	<u>630</u>	<u>-</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos seus assessores legais, avalia a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais. Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requeressem o registro de provisão para riscos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social

Em 30 de junho de 2019 e em dezembro de 2018, o capital social integralizado é no montante de R\$80.431, dividido em 80.431.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

Acionista	Controladora		
	Capital subscrito	Quantidade de ações	%
Serra das Vacas Participações S.A.	<u>80.431</u>	<u>80.431.200</u>	<u>100</u>

17.2. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

17.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária.

18. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Suprimento de energia elétrica – energia de reserva – CER	18.041	17.260	9.020	8.630
Sobras e déficit da obrigação contratual - CER	(82)	(619)	372	(470)
Outras Receitas	<u>-</u>	<u>48</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Total receita bruta	<u>17.959</u>	<u>16.689</u>	<u>9.392</u>	<u>8.160</u>
(-) Deduções:				
PIS	(117)	(115)	(59)	(56)
COFINS	(541)	(531)	(269)	(260)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(77)	(86)	(39)	(43)
	<u>(735)</u>	<u>(732)</u>	<u>(367)</u>	<u>(359)</u>
Total de receita líquida	<u>17.224</u>	<u>15.957</u>	<u>9.025</u>	<u>7.801</u>

19. CUSTO E DESPESAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Depreciação	(6.666)	(6.555)	(3.354)	(3.277)
Despesa com pessoal	(203)	(229)	(106)	(134)
Serviços de terceiros	(640)	(1.974)	(333)	(992)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(620)	(918)	(176)	(447)
Arrendamentos e aluguéis	(113)	(225)	(78)	(129)
Material	(64)	(165)	(29)	(70)
Outros	(157)	(132)	(63)	(43)
Total	<u>(8.463)</u>	<u>(10.198)</u>	<u>(4.139)</u>	<u>(5.092)</u>

20. RECEITAS (DESPESAS) GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora			
	Seis meses		Três meses	
	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Serviços de terceiros	(10)	(34)	33	(14)
Outras despesas	-	(21)	-	(21)
Total	<u>(10)</u>	<u>(55)</u>	<u>33</u>	<u>(35)</u>

	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Serviços de terceiros	(163)	(261)	(101)	(137)
Outras despesas	-	(21)	-	(21)
Total	<u>(163)</u>	<u>(282)</u>	<u>(101)</u>	<u>(158)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	-	8		9
Títulos e valores mobiliários	2	21	-	1
Total	2	29	-	10
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(2.754)	(2.831)	(1.409)	(1.514)
Outras despesas	(47)	(8)	(23)	(3)
Total	(2.801)	(2.839)	(1.432)	(1.517)
Resultado financeiro, líquido	<u>(2.799)</u>	<u>(2.810)</u>	<u>(1.432)</u>	<u>(1.507)</u>

	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	-	65		35
Títulos e valores mobiliários	413	412	211	225
Total	413	477	211	260
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(10.443)	(10.274)	(5.084)	(5.426)
Comissões e "waiver fee"	(2)	(3.277)	(1)	(334)
Outras despesas	(189)	(498)	(133)	(51)
Total	(10.634)	(14.049)	(5.218)	(5.811)
Resultado financeiro, líquido	<u>(10.221)</u>	<u>(13.572)</u>	<u>(5.007)</u>	<u>(5.551)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do período nas informações financeiras intermediárias consolidadas, está apresentada a seguir:

	Controladas							
	Seis meses				Três meses			
	30/06/2019		30/06/2018		30/06/2019		30/06/2018	
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Suprimento de energia	18.041	18.041	17.260	17.260	9.020	9.020	8.630	8.630
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	1.443	2.165	1.381	2.071	722	1.082	690	1.036
Outras Receitas	-	-	48	48	-	-	-	-
Receitas financeiras	413	413	477	477	211	211	260	260
Base de cálculo	1.856	2.578	1.906	2.596	933	1.293	950	1.296
Alíquota	15%	9%	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(278)	(232)	(286)	(234)	(140)	(116)	(143)	(117)
Adicional de IRPJ	(164)	-	(116)	-	(81)	-	(67)	-

Imposto Devido	<u>(442)</u>	<u>(232)</u>	<u>(402)</u>	<u>(234)</u>	<u>(221)</u>	<u>(116)</u>	<u>(210)</u>	<u>(117)</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		<u>(674)</u>		<u>(636)</u>		<u>(337)</u>		<u>(327)</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros:

	Classificação	Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	27	46
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	3	10
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Custo amortizado	40.943	42.888
<u>Passivos</u>			
Fornecedores	Custo amortizado	33	35
Debêntures	Custo amortizado	43.819	42.989
	Classificação	Consolidado	
		30/06/2019	31/12/2018
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2.082	2.052
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	5.874	6.350
Contas a receber	Custo amortizado	4.039	3.589
<u>Passivos</u>			
Fornecedores	Custo amortizado	1.079	1.114
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	174.740	177.204
Debêntures	Custo amortizado	43.819	42.989
Arrendamentos	Custo amortizado	1.591	-

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 30 de junho de 2019, os passivos circulantes da Companhia e suas controladas excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$1.989. A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras e as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das informações financeiras intermediárias, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA - acumulado últimos 12 meses: 3,37%.
- TJLP: 6,26%.
- CDI - acumulado últimos 12 meses: 6,32%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	30/06/2019	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Títulos e valores mobiliários	3	CDI	-	-	-
Debêntures	(43.819)	IPCA + 7,31%	(4.680)	(5.850)	(7.020)
Total	(43.816)		(4.680)	(5.850)	(7.020)

Consolidado	30/06/2019	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(43.819)	IPCA + 7,31%	(4.680)	(5.850)	(7.020)
Empréstimos e financiamentos	(174.740)	TJLP + 2,46%	(15.237)	(19.046)	(22.856)
Aplicações financeiras vinculadas	8.560	CDI	541	676	812
Títulos e valores mobiliários	5.874		371	464	557
Total	(204.125)		(19.005)	(23.756)	(28.507)

h) Risco de capitalização

	Consolidado 30/06/2019	Consolidado 31/12/2018
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	218.559	220.193
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	(16.516)	(16.754)
Dívida líquida	202.043	203.439
Patrimônio líquido	85.665	87.933
Índice de alavancagem financeira	236%	231%

24. COMPROMISSOS

- a) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores (O&M), no montante de aproximadamente R\$1.600 ao ano, com vencimento em 2030, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.
- b) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento dos contratos de arrendamentos no montante de aproximadamente R\$550 ao ano, com vencimento em 2049, os quais possuem reajuste anual pelo IPCA.

25. SEGUROS (*)

Objeto	Controladora e Consolidado			
	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	5.000	19/12/2018	19/12/2019	Controladora e controladas
Riscos operacionais parque eólico das investidas	279.328	19/12/2018	19/12/2019	Controladas

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 30 de junho de 2019, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	30/06/2019	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Provisão para desmobilização - passivo/imobilizado	-	630
Arrendamento - passivo/imobilizado	-	1.591

27. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DO PERÍODO

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 12 de agosto de 2019.
